

Medicação não é brincadeira: o teatro de fantoche como estratégia pedagógica

Leililene Antunes Soares¹

Camila Caneschi Galão³

Ketlyn-Lyne Gonçalves Oliveira⁵

Yan de Souza Sperandio⁷

Táís Arthur Corrêa²

Josiane Oliveira de Assis⁴

Fernanda Bedendo Marco⁶

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Professora na UEMG – Unidade Ubá.

2 Doutora e mestre em Química pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora na UEMG – Unidade Frutal.

3 Licencianda em Ciências Biológicas pela UEMG – Unidade Ubá.

4 Graduanda em Design pela UEMG – Unidade Ubá.

5 Graduanda em Design pela UEMG – Unidade Ubá.

6 Graduanda em Design pela UEMG – Unidade Ubá.

7 Licenciado em Química pela UEMG – Unidade Ubá.

Medicação não é brincadeira: o teatro de fantoche como estratégia pedagógica

Entre os temas transversais que fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), encontra-se a educação para a saúde. De acordo com os PCNs, o ensino desse tema na escola tem o objetivo de levar a criança e o adolescente ao desenvolvimento de hábitos saudáveis quanto à higiene pessoal, alimentação, prática desportiva, ao trabalho e ao lazer, permitindo-lhes a sua utilização imediata no sentido de preservar a saúde pessoal e coletiva (BRASIL, 1997).

As fases da infância e da adolescência são marcadas pela adoção e construção de condutas. E é durante esse período que a escola deve focalizar e assumir a responsabilidade pela educação para a saúde, uma vez que os referidos hábitos estão associados aos valores que o professor e toda comunidade escolar transmitem durante o convívio cotidiano. Esse fato explica a necessidade de um trabalho sistematizado e contínuo que deve ser feito pela escola (BEE, 2015).

É fundamental um trabalho pedagógico no qual as condições que se fazem necessárias para a saúde, sua valorização e a realização de procedimentos que a favoreçam sejam os focos principais. O docente terá a função de introduzir as questões presentes, buscar informações e materiais de apoio, problematizar e facilitar estratégias para o trabalho escolar.

Uma vez que o uso ou abuso de medicamentos é um tema relevante e oportuno, é fundamental que se tenham informações precisas, claras e corretas quanto aos tipos e à sua classificação. No entanto, para que se possa tratar esses temas do ponto de vista educativo, essa informação precisará ser elaborada, apropriada e internalizada.

Conhecer as motivações, os valores envolvidos e o sentido de vida associado à opção pelo uso de medicamentos ou pela não adesão a um tratamento medicamentoso, mesmo que prescrito pelo médico, aproxima o professor do aluno e o ajuda a construir caminhos mais saudáveis, de forma mais sólida e significativa.

Nesse cenário, foram realizadas atividades para 60 crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos matriculadas no Lar Ubaense de Proteção e Amparo ao Menor (LUPAM), situado no município de Ubá/MG.

A atividade “Medicação não é brincadeira” contou com duas apresentações (teatro de fantoches) e a participação de cinco discentes dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Design da UEMG Unidade Ubá, que auxiliaram na criação do cenário, personagens (duas crianças, uma enfermeira e um médico), história e os materiais distribuídos (panfletos e livretos informativos).

Com intuito de divertir e reforçar a temática da história (riscos da ingestão inadequada de medicamentos), foram criados “kits” para serem entregues às crianças, os quais continham cartilhas para colorir, massa de modelar e giz de cera. Buscou-se compor na atividade a possibilidade de as crianças compartilharem experiências factuais de forma à integrá-las aos elementos lúdicos presentes na peça de teatro de fantoches. Ao final da atividade, foi solicitado aos alunos que expressassem suas emoções através de desenhos.

Nesse contexto, o objetivo da atividade de extensão foi elaborar um material didático, criar uma história infantil, definir as

personagens, confeccionar fantoches e narrá-la para crianças, com intuito de informar sobre os riscos da ingestão inadequada de medicamentos.

Brincando e encantando na LUPAM

O ato de consumir medicamentos sem prescrição médica (automedicação), com o objetivo de tratar doenças autodiagnosticadas ou aliviar sintomas é uma prática comum de terapia em nossa sociedade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a reconhece como um ato inevitável e, dentro de certos limites, aceita e estimula essa prática. Quando realizada de maneira consciente e responsável, a automedicação apresenta aspectos positivos. Como exemplo, pode-se citar a contribuição a favor da redução da demanda de assistência médica em enfermidades consideradas de menor risco em sistemas de saúde, o que pode colaborar para que os casos mais graves tenham um melhor atendimento.

Por outro lado, o incentivo da mídia ao marketing farmacêutico e as pressões sociais às quais estão submetidos os profissionais que prescrevem os medicamentos, influenciam a venda e o alto consumo de remédios. Além disso, devemos considerar que a maioria das pessoas desconhece os efeitos colaterais provocados pelos medicamentos e, em alguns casos, seu emprego pode agravar e mascarar doenças, interações medicamentosas, dependência e intoxicações.

O Brasil está entre os países que mais consomem medicamentos e isso, conseqüentemente, contribui para seu estoque nas residências da população. Os medicamentos que sobram de tratamentos finalizados e os que são comprados em quantidades desnecessárias são guardados para serem utilizados novamente, ou são descartados de forma inadequada. O descarte incorreto é uma preocupação relevante para a saúde pública e para o meio ambiente, pois podem ser considerados tóxicos de acordo com sua composição, causando a contaminação do meio ambiente e uma das principais causas de intoxicação por medicamentos.

Medicamentos devem ser mantidos fora do alcance das crianças. Porém nem sempre isso é algo fácil de se conseguir, pois elas costumam ser muito ágeis. É preciso evitar acumular remédios em casa, mas é muito comum que se tome um medicamento e que alguns comprimidos acabem sobrando. Daí, estes são guardados e, assim, vão se acumulando. Ao final, temos uma gaveta cheia de sobras de comprimidos, o que é muito perigoso e pode, ainda, incentivar uma automedicação inadequada.

Com diversos medicamentos por perto, aumenta a possibilidade de as crianças terem acesso, ingerirem indevidamente e sofrerem intoxicações.

Estas podem ser consideradas um problema de saúde pública, principalmente em crianças. De acordo com a epidemiologia das intoxicações, no Brasil, por tipo de agente, os medicamentos lideram as estatísticas (ácido acetilsalicílico, barbitúricos, antidepressivos,

Medicação não é brincadeira: o teatro de fantoche como estratégia pedagógica

digoxina, lítio, outros), seguidos pelos produtos de limpeza de uso doméstico, como querosene, gasolina e éter. Em quarto lugar, encontram-se os praguicidas e, em seguida, os agrotóxicos e, por último, as drogas ilícitas (SANTANA; BOCHNER *et al.*, 2011).

Diante desse cenário, o teatro de fantoche com a temática “Medicação não é brincadeira” buscou transmitir, de uma forma simples e direta, a mensagem sobre os riscos da automedicação e o descarte incorreto de medicamentos.

Na educação infantil, fantoche é todo tipo de boneco manipulável, seja de luva, de fio ou de manipulação direta. É um objeto inanimado que ganha vida com a ação do manipulador.

Na percepção de Leenhardt (1974), o fantoche é uma expressão libertadora, fonte de enriquecimento da linguagem da criança, através do diálogo dos bonecos; da precisão do seu gesto e do seu poder evocador, através da animação; e da sua atividade manual.

O teatro de fantoche para fins didáticos estimula não só o aprendizado das crianças, mas também o trabalho do professor, pois este consegue acompanhar o progresso e o desempenho daqueles sujeitos, a cada momento, no decorrer das representações. A dramatização é mais eficaz nesse sentido do que outros recursos didáticos (FARIA, 2015).

Assim como as outras modalidades teatrais, os fantoches são uma brincadeira e uma forma de ensino muito rica, instigam a imaginação e a criatividade tanto do aluno quanto do professor,

nas histórias inventadas, no material usado para sua confecção; enfim, durante o processo de criação e de manuseio dos bonecos (FERREIRA, 2017).

Importa destacar que as histórias infantis permitem que as crianças experimentem a dimensão simbólica da linguagem, em conjunção com o imaginário e o real (CADEMARTORI, 2010). Ao se identificar com a história, a criança passa a querer ouvi-la várias vezes por se reconhecer na personagem ou em algo semelhante ao que vive naquele momento, sendo esse um motivo para se abordar temas do cotidiano como riscos da ingestão inadequada de medicamentos. Isso favorece o desenvolvimento de todos os aspectos da criança, principalmente, através do estímulo à função simbólica.

Todo trabalho com o desenvolvimento da observação, percepção e imaginação infantil não pode ser desvinculado de atividades lúdicas, pois estas são fundamentais para o processo de amadurecimento da criança (FERRAZ, 2018).

A magia fascinante da atividade encantou não somente os estudantes, mas também os adultos e discentes que participaram das apresentações. Os alunos aprendiam com as atitudes dos personagens como se fossem as suas.

As crianças se mostraram participativas, interagindo com os fantoches, se divertiram e demonstraram aprender com a história contada.

Medicação não é brincadeira:
o teatro de fantoche como estratégia pedagógica



Figura 1. (A) Contação de história e teatro de fantoches;
(B) Discentes que participaram da confecção dos materiais e atividades;
(C) Kit 1 – Livreto educativo com giz de cera;
(D) Kit 2 – Panfleto informativo com massinha de modelar.

Ressalta-se que a ação de contar histórias deve ser utilizada como metodologia que enriquece a prática docente, ao mesmo tempo em que promove conhecimentos e aprendizagens múltiplas.

Após ouvirem e participarem da história, as crianças receberam um panfleto para que pudessem se expressar por meio de desenhos (Figura 1 – D). Importa destacar que é possível considerar o desenho infantil como forma de liberdade, vivenciada pela criança, despojando-se das convenções de mundo que a cerca (MERLEAU-PONTY, 1990).

No desenho livre, a criança tem a liberdade de “brincar”, manipulando e transformando o espaço do papel, em total exploração do imaginário (ROJAS, 2004).

Emoção e sentimento envolvem o momento lúdico do desenho; a criança mergulha no universo das cores, das imagens, dos símbolos. Seus gestos soltos criam e recriam o mundo, em uma liberdade de ser e de fazer (ROJAS, 2004).

Quando finalizada a atividade, o desenho entregue pelos alunos endossou o que foi observado durante as apresentações: que a atividade foi prazerosa para os estudantes envolvidos (Figura 2). Logo, a junção dos elementos presentes no enredo da peça de teatro de fantoches e na atividade realizada em sala de aula possibilitou educar, instruir e socializar.



Figura 2. Alguns desenhos apresentados pelas crianças após a história.

Medicação não é brincadeira: o teatro de fantoche como estratégia pedagógica

Esta atividade foi proposta por considerar que o desenho infantil tem relação com o mundo visível e com o outro, com a realidade percebida. O desenho é uma forma de expressão, a criança tenta explicar o mundo, exprime o seu pensamento, seu “eu imaginário” perante as relações humanas. O desenho se traduz por sua liberdade e denota traços de sua personalidade, influenciados pela cultura.

A criança, por meio do desenho, desenvolve a autonomia de ser e de expressar-se; enfim, de traduzir sua essência e sua espontaneidade em momentos significativos da existência.

O sentido lúdico do desenho, como momento prazeroso do brincar, leva a criança a se expressar espontaneamente e amplia a sua comunicação com o mundo. O desenho é uma linguagem que a criança usa para se comunicar.

A história de fantoche e as atividades de desenho propostas permitiram a recreação educativa, despertar e educar a observação e a atenção; exercitar a memória e a inteligência; organizar ideias e pensamento; desenvolver a imaginação; ampliar o vocabulário; enriquecer experiências; dar boa formação de caráter; proporcionar liberdade de autoexpressão; dar margem ao desenvolvimento da linguagem; desenvolver o senso de responsabilidade e o conhecimento sobre os riscos da automedicação; favorecendo, assim, o desenvolvimento integral da criança, ou seja, em seus aspectos psicomotores, sociais, morais, afetivos e cognitivos.

Considerações finais

A ação de contar histórias deve ser utilizada como metodologia que enriquece a prática docente, ao mesmo tempo em que promove conhecimentos e aprendizagens múltiplas. Considerando que os medicamentos estão presentes na vida das pessoas como garantia de saúde e a automedicação é uma ação comum entre indivíduos, sendo apontada como uma das causas de intoxicações registradas no Brasil, a história transmitiu informação de forma lúdica, contribuindo para o desenvolvimento infantil.

Assim, as atividades propostas transmitiram informações importantes em torno dos riscos de ingestão de medicamentos, propiciando educar através da prática lúdica.

Referências

- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BRASIL. MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1997.
- CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- FARIA, L. M. **Dramatização didática**. Rio de Janeiro: CBPE, 2015.
- FERRAZ, M. H. C. de T. **Metodologia de ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FERREIRA, I. L. **Fantoche & Cia**. São Paulo: Scipione, 2017.
- LEENHARDT, P. **A Criança e a expressão dramática**. Lisboa: Estampa, 1974.
- MERLEAU-PONTY, M. **Filosofia e Linguagem**. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1990.
- ROJAS, J. **Livro de Pano**: Momentos de ludicidade construtiva nas práticas pedagógicas portuguesas. Aveiro: Universidade, 2004.
- SANTANA, R. A. L. D.; BOCHNER, R.; GUIMARAES, M. C. S. Sistema nacional de informações tóxico-farmacológicas: o desafio da padronização dos dados. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, 2011.